

BOLETIM INFORMATIVO

05/mar - 09/abril
2021

Núcleo Especializado de
Cidadania e
Direitos Humanos



O Informativo do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos apresenta as principais atividades desenvolvidas ao longo do mês, considerando os intervalos entre as Reuniões Ordinárias, realizadas sempre na primeira sexta-feira útil de cada mês.

Editorial: Agravamento da Pandemia

mais detalhes na
página 2 deste
informativo



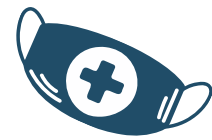
No mais alto pico da pandemia até este momento no Brasil, o Estado de São Paulo segue a tendência nacional e vê a triste e fúnebre escalada da COVID-19 avançar e o sistema de saúde colapsar, prejudicando a parte mais vulnerável da população. Não causa surpresa a notícia recente de que “8 em cada 10 mortes por COVID-19 em SP são na periferia” (Uol, 6/4/2021). Dada a premente necessidade de atuação da Defensoria Pública, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos vem trabalhando de forma a dar o suporte necessário aos colegas, buscando responder com prontidão e de forma satisfatória os inúmeros questionamentos e orientações solicitadas diante da volumosa demanda surgida do cenário calamitoso em que vivemos. Nesse sentido também, o NCDH, em articulação com a Assessoria Cível da Defensoria Pública de São Paulo, Ministério Público, Tribunal de Justiça e Secretaria de Saúde do Estado, desenhou um fluxo administrativo a fim de possibilitar o for-

necimento de informação qualificada aos/às usuários/as da Defensoria Pública, bem como, quando possível, a resolução mais célere dos conflitos pela via extrajudicial. Por outro lado, tendo em vista o amplo universo de temas albergados sob o manto dos direitos humanos, e considerando os assustadores recordes de mais de 4.000 mortes em 24 horas no país e do número de 1.389 óbitos em um só dia no Estado de São Paulo (Estadão, 6/4/2021) – sendo que, na Capital, o número de óbitos já é praticamente igual ao de nascimentos (Folha de S. Paulo, 7/4/2021) –, ficou evidenciada, mais do que nunca, a imprescindibilidade de um núcleo especializado em saúde pública no âmbito da Defensoria Pública de São Paulo, a exemplo do que já existe em outros estados, de forma que possa prestar efetivo atendimento integral aos/às necessitados/as, bem como garantir-lhes o mais básico dos direitos, que é o direito à vida.



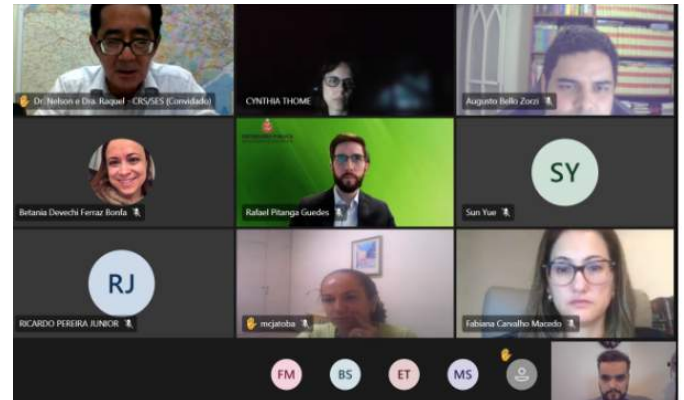


SAÚDE: REUNIÕES



COVID

Leitos de UTI



Ao longo deste último período, o NCDH continuou participando semanalmente, com a Assessoria Cível da DPE/SP, de reuniões promovidas pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) a respeito da Plataforma Interinstitucional Virtual desenvolvida pela Corte para encaminhamento de demandas relacionadas à pandemia. No período foram debatidas questões como habilitação de novos leitos de UTI Covid pelo Ministério da Saúde, falta de medicamentos para intubação e grupos prioritários de vacinação.

Como desdobramento das reuniões gerais, foi agendado no dia 26/03/2021 reunião específica sobre vacinação, organizada pelo TRF 3, e em conjunto com MPF, DPU e Ministério de Saúde, na qual foi debatida a aplicação do plano nacional de imunização e sua relação com os grupos prioritários, incluído a população em situação de rua. Vale destacar que o NCDH tem acompanhado vacinação da população em situação de rua e havia realizado, no último dia 25/03, reunião com representantes dos movimentos da população em situação de rua para colher informações sobre como a vacinação tem ocorrido na prática.

Nos dias 16, 18 e 19 de março, foram realizadas reuniões acerca das taxas de ocupação dos leitos de UTI diante do expressivo aumento de casos de COVID-19 no Estado de São Paulo e consequente aumento de demandas sobre o tema. Tratou-se das vantagens da utilização do fluxo administrativo, então criado, para obtenção de informações do estado de saúde do paciente conforme sistema CROSS, tendo em vista a urgência dos casos. Além disso, ficou acordado que a Secretaria de Saúde disponibilizaria boletins diários sobre a regulação de leitos de UTI no Estado (veja mais informações abaixo). Além do mais, na última reunião foi informado sobre novos dados em relação ao tema, como a ampliação de número de leitos de COVID em todo o Estado.

SAÚDE

Roda de Conversa

Os Núcleos especializados da Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) e de Segunda Instância e Tribunais Superiores (NSITS), com apoio da Escola da Defensoria Pública (Edepe), realizaram no dia 24 de março, o evento “Roda de Conversa: Leitos de UTI COVID-19 e judicialização”, com o objetivo de prestar orientações e informações sobre demandas relacionadas à Covid-19, (leitos, insumos ou informações quanto à saúde de pacientes).

A Defensora Pública Daniela Trettel e o Defensor Marcelo Dayrell, ambos no NCDH, e a Defensora Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho, do

NSITS, falaram sobre os aspectos práticos da judicialização de leitos UTI Covid.

Material suporte produzido

Diante da saturação dos atendimentos no sistema de saúde e agravamento da pandemia, a Assessoria Cível da Defensoria-Geral e o NCDH enviaram um comunicado conjunto com orientações a respeito dos fluxos de resolução extrajudicial de demandas relacionadas à saúde, em especial para obtenção de leitos de UTI. O material com orientações e dados do sistema CROSS (Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde) foi disponibilizado no site do NCDH dentro do portal da Defensoria e pode ser acessado na página inicial do Núcleo, mediante login e senha, na aba leitos de UTI Covid. Os Modelos de Petição e Agravo de Instrumento para solicitação de Leitos de UTI e os dados do Sistema CROSS podem ser encontrados também [no site do NCDH na mesma aba](#).



Na sequência, o Coordenador do NCDH, Davi Quintanilha, e a Assessora Cível da Defensoria-Geral, Sun Yue, falaram sobre os fluxos administrativos para pedidos de leitos Covid.

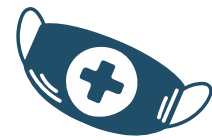
[Confira as apresentações sobre fluxos administrativos](#) e sobre [aspectos práticos da judicialização de leitos de UTI](#).

Comitê de Monitoramento

A Defensoria Pública-Geral instituiu a partir de 25 de março, um Comitê de Monitoramento das ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Estado. O NCDH integra o referido Comitê. [Confira a notícia aqui](#).
Confira as atividades do Comitê [aqui](#).



SAÚDE: REUNIÕES



Saúde Mental



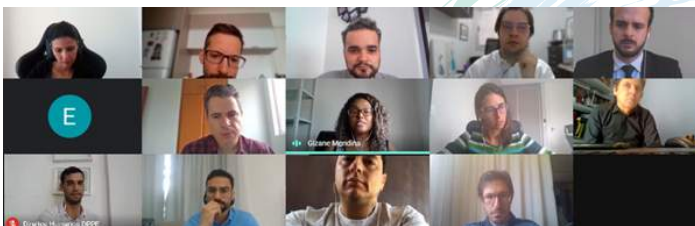
No dia 10/03/2021, o NCDH participou de evento realizado pela Defensoria Pública do Mato Grosso em que se debateu as possibilidades de atuação da Defensoria Pública no tema, notadamente a impossibilidade de formulação de pedido de internação em comunidade terapêutica sob qualquer hipótese. [Confira o material utilizado no evento aqui.](#)

No dia 16/03/2021 foi realizada reunião com o Ministério Público do Estado de São Paulo e o Núcleo da Infância e Juventude para tratar do acolhimento de adolescentes em comunidades terapêuticas e possibilidades de atuação conjunta e estratégica no tema.

Judicialização da Saúde: Novos entendimentos dos Tribunais Superiores

O NCDH participou de duas reuniões, em 11/03 e 30/03 com outros núcleos especializados (NEIJ e NSITS), coordenação da triagem, assessoria cível e primeira subdefensoria para debater as estratégias que serão adotadas pela Defensoria Pública diante dos entendimentos dos tribunais superiores relacionados à judicialização da saúde, especialmente o fornecimento de medicamentos pelo SUS sem registro na ANVISA (Temas 500 do STF e 106 do STJ).

Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos do CONDEGE



Em 26 de março, a Comissão de Direitos Humanos do CONDEGE, o qual atualmente é coordenado por representantes da DPSP, DPPE e DPBA, se reuniu com a seguinte pauta: (i) im-

plementação de projetos de "Moradia Primeiro" para população em situação de rua, em cooperação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; (ii) protocolo de atuação em comunidades terapêuticas e construção de curso nesse tema, junto com a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos e a Defensoria Pública da União; (iii) direitos dos catadores, educação em direitos, possível curso em conjunto com a ANADEP para construção de protocolo nessa temática; (iv) aprovação do protocolo de atuação internacional das Defensorias Públicas, entre outros temas.



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Moradia Primeiro



Em 16 e 24 de março, o NCDH, em razão de compor a coordenação da Comissão de Direitos Humanos do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), participou de reunião com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e a Defensoria Pública da União para tratar da criação de um Termo de Cooperação Técnica sobre programas de "Moradia Primeiro", debatendo-se, dentre outros fatores, a realização de seminários estaduais para a disseminação destes projetos; o monitoramento da execução destes projetos e a avaliação de seus resultados; a elaboração de orientações para a atuação das Defensorias Públicas Estaduais nessa temática; bem como o fornecimento de suporte técnico aos municípios, estados e organizações da sociedade civil na elaboração de projetos nesse âmbito. Em 12/03/2021 havia ocorrido a participação na reunião ordinária do CONDEGE, para apresentação do projeto aos(as) defensores(as) públicos(as) gerais, os quais aprovaram a continuidade das tratativas com o Ministério.



Pop Rua e Fome

Durante o mês do março, o NCDH participou de diversas reuniões com o intuito de debater sobre o aumento da fome entre as pessoas em situação de rua e a responsabilidade do Município em relação à segurança alimentar do referido grupo. Foram realizadas reuniões com movimentos sociais que atuam na defesa da população em situação de rua (10/03), Ministério Público (31/03), Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (18/03) e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento (07/04), sendo expedidos diversos ofícios para elucidação dos fatos.

Audiência Pública



O NCDH participou da Audiência Pública "Quem tem fome, tem pressa: políticas de segurança alimentar na cidade de São Paulo", realizada no dia 09 de abril. [Confira aqui.](#)



POP RUA PDL Zeladoria

Em 10 de março, o NCDH apresentou Nota técnica contra o PDL nº 01/2021 e em defesa dos artigos 10 e 11 do Decreto Municipal nº 59.246/2020, que conferem proteção à população em situação de rua ao vedar a retirada de pertences pessoais e instrumentos de trabalho durante ações de zeladoria urbana. O NCDH pediu a rejeição do Projeto destacando a importância dos artigos 10 e 11 do Decreto Municipal para a preservação dos direitos das pessoas em situação de rua.

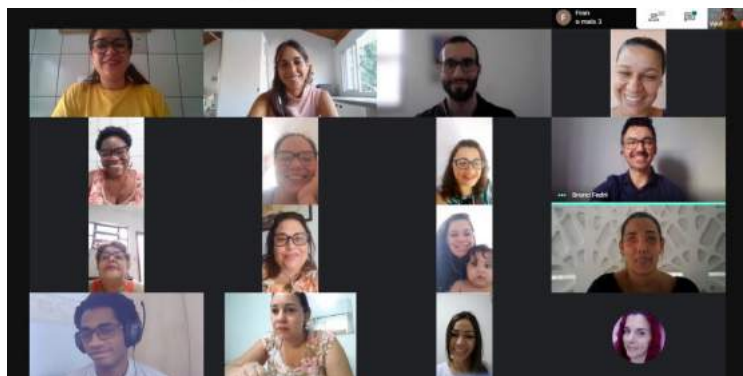


CRACOLÂNDIA



VIOLÊNCIA INTSTITUCIONAL

Vítimas de violência



Em 18 de março de 2021, o NCDH e o NEIJ se reuniram virtualmente com o Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI) para discutir o aprimoramento do serviço prestado pela Defensoria no âmbito deste serviço. [Confira a notícia.](#)

Em 7 de abril, foi realizada capacitação pelo NCDH, NEIJ e NUDEM aos defensores e defensoras que irão atuar no CRAVI da capital a partir de abril. [Veja aqui a apresentação realizada.](#)

O NCDH participou, juntamente com o NEHAURB, de diversas reuniões com entidades da sociedade civil (Conectas, Centro de Convivência É de Lei, Fórum Mundaréu) e representantes do Poder Legislativo Municipal (reuniões com os gabinetes das vereadoras Luana Alves, que está na Comissão de Saúde, Erika Hilton, que está na Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e vereadora Janaina Lima) sobre as violações de direitos na região da Cracolândia. Um dos encaminhamentos dessas reuniões foi um envio de ofício conjunto entre Defensoria Pública e Conectas ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, solicitando providências quanto às ações policiais, despejos e remoções forçadas na região ([Confira o ofício aqui](#)). O tema também foi objeto de denúncia, por essas mesmas entidades, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) conforme noticiado no [último Boletim Informativo](#).

O NCDH também se reuniu com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e o Comandante Geral da Guarda Civil para tratar do projeto, já em curso, de atendimento psicológico aos Guardas Civis Municipais e do tratamento conferido à população em situação de rua na região da Cracolândia.



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

ADPF das Favelas

Em 19 de março, os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos, da Infância e Juventude e de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial da DPE/SP apresentaram memoriais nos autos da ADPF 635 (conhecida como “ADPF das Favelas”), considerando a habilitação do GAETS (Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores) na audiência pública acerca das “**Estratégias de Redução da Letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro**”, que será realizada nos dias 16 e 19 de abril no STF.

Nos memoriais, foram apresentados os dados acerca da alta e crescente taxa de letalidade policial no restante do país, inclusive no Estado de São Paulo, analisados os casos emblemáticos de homicídios praticados por agentes da segurança pública e apresentadas sugestões de medidas concretas que podem ser adotadas para que haja maior controle das ações policiais. [Confira a notícia aqui.](#) [Confira os memoriais aqui.](#)

Reuniões



REDE DE PROTEÇÃO E
RESISTÊNCIA AO GENOCÍDIO

Dando continuidade às articulações já divulgadas no [boletim anterior](#), o NCDH segue participando de diversas reuniões para debater temas relacionados à violência policial. No dia 18 de março, foi realizada reunião com a Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio para tratar sobre a campanha de afastamento dos policiais envolvidos em ocorrências letais.

Em 1 de abril, o NCDH participou de reunião com a Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio e o Ministério Público do Estado de São Paulo para discutir a criação da Promotoria de Segurança Pública e o controle externo da polícia pelo MP.

Armas de fogo

As diversas ofensivas do Governo Federal no intuito de ampliar o uso de armas por parte da população brasileira vêm sendo combatidas pelo NCDH no âmbito dos Poderes Judiciário e Legislativo. Nesse sentido, o Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (GAETS) foi admitido como *amicus curiae* na ADI 6675, a partir da petição elaborada em colaboração do NCDH e do NUDEM.

[Confira o pedido de amicus curiae aqui.](#)

A ação trata da inconstitucionalidade dos Decretos do Executivo 10.627, 10.628, 10.629 e 10.630, todos de 12 de fevereiro de 2021, que regulamentam a Lei nº 10.826/2003, a qual dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.

Na esfera legislativa, o NCDH apresentou Notas Técnicas aos Projetos de Decreto Legislativo que visam sustar os efeitos dos Decretos editados pelo Governo Federal e que flexibilizam o acesso às armas.

O julgamento
da cautelar na
ADI 6675 irá se
iniciar dia
16/04!

SOCIOAMBIENTAL

O colaborador do NCDH, Paulo Alvarenga, participou, nos dias 10 e 24 de março, de reuniões sobre cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados, a partir de intervenção do MPSP e da DPE/SP, com os Municípios de Americana e Charqueada, locais sem unidades da Defensoria, visando à contratação das cooperativas de catadores existentes nas respectivas cidades para a realização da coleta seletiva. Em 05 de abril, o NCDH ainda participou de audiência no Ministério Público do Trabalho para debater alguns aspectos do comitê de catadores da Cidade de São Paulo.

EVENTOS

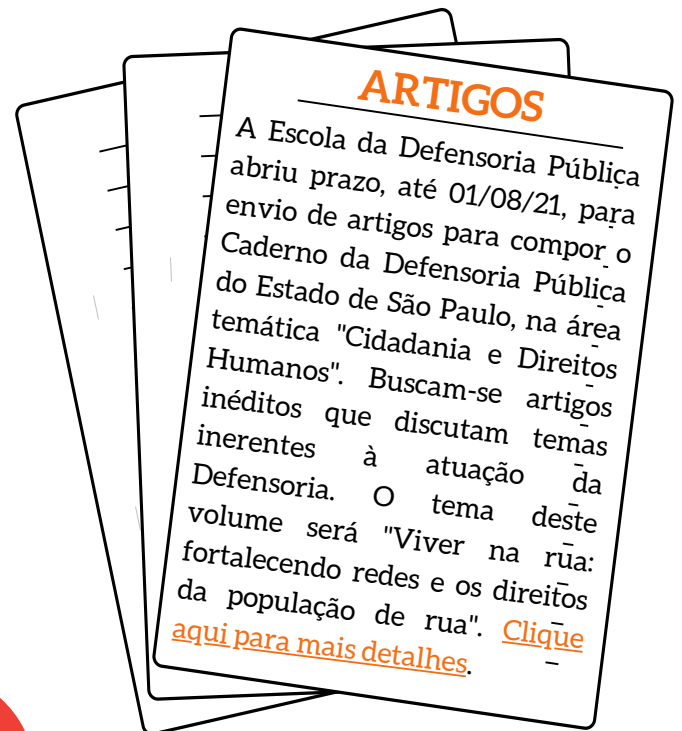


Centro de Antropologia e
Arqueologia Forense

CAAF|Unifesp

Em 06 de abril, o NCDH participou da solenidade virtual de entrega da sede do Centro de Antropologia Forense e Arqueologia Forense – CAAF da UNIFESP.

[Confira o evento aqui.](#)



12 e 13 de abril de 2021

OS RUMOS DA POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL

Inscrição até 09/04 às 17h

O convite para participação será enviado apenas aos/as inscritos/as. O evento será transmitido pela plataforma Microsoft Teams.

12 de abril	13 de abril
10h Capacitação interna sobre Habeas Corpus Preventivo para autorização de uso medicinal de Cannabis Fernanda Balera Defensora Pública do Estado de São Paulo Marcos Barbieri Psicólogo Agente da Defensoria Pública do Estado de São Paulo Mario Moreira Defensor Público do Estado de São Paulo	17h Usar drogas não pode ser crime. O julgamento do RE 635.859 e a abolição inconclusa Nathalia Oliveira Iniciativa Negra por uma nova política de Drogas Luciana Boiteux Advogada, professora de Direito Penal e Criminologia da UFRJ Gabriel Sampaio Conectas
13 de abril 9h Cannabis medicinal: caminhos para a regulamentação Emílio Figueiredo Advogado da Rede Reforma Debateadores: Renato Fleix, PhD Unifesp Cidinha Carvalho Cultive – Associação de Cannabis e Saúde	15h Redução de Danos – como lidar com o uso de drogas? Luana Malheiro Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas Debateadores: Bruno Logan Redutor de Danos, psicólogo, apresentador do canal "RD com Logan" no YouTube Claiton Ferreira Redutor de Danos no E de Lei

O evento “Os Rumos da Política de Drogas do Brasil” será realizado nos dias 12 e 13 de abril, com fala da coordenadora Fernanda Balera na Capacitação interna sobre Habeas Corpus Preventivo para autorização de uso medicinal de Cannabis. O evento será realizado pela plataforma Microsoft Teams apenas aos inscritos.



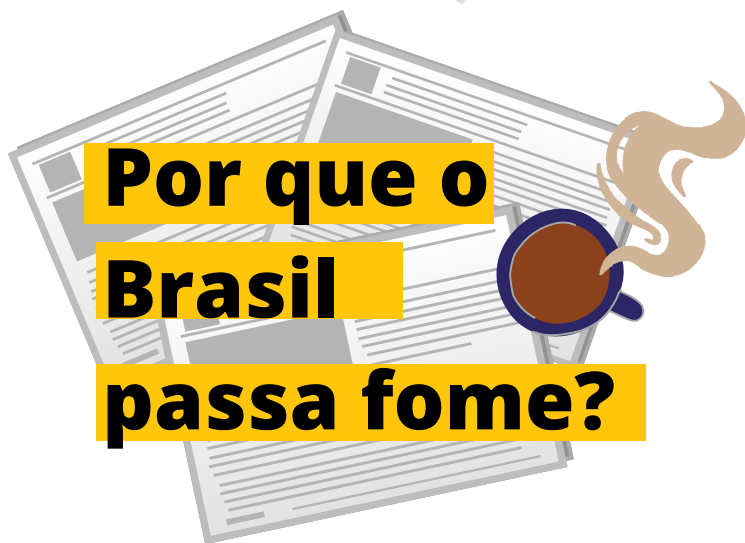
PARA LER, VER E OUVIR

PARA OUVIR

O episódio "Racismo climático" do podcast "Revoar" explica o que a expressão significa, como ocorre o racismo climático e quais suas vítimas. [Clique aqui para escutar.](#)



Por que o Brasil passa fome?



O episódio "Por que o Brasil passa fome" do podcast "Café da Manhã" explicita que, nos últimos meses de 2020, a fome atingiu 19 milhões de brasileiros. No episódio, destaca-se como a principal medida do governo para diminuir o impacto da pandemia não foi suficiente para sanar a insegurança alimentar no país, o que atingiu de forma ainda mais severa mulheres e negros. [Clique aqui para ouvir.](#)

PARA VER

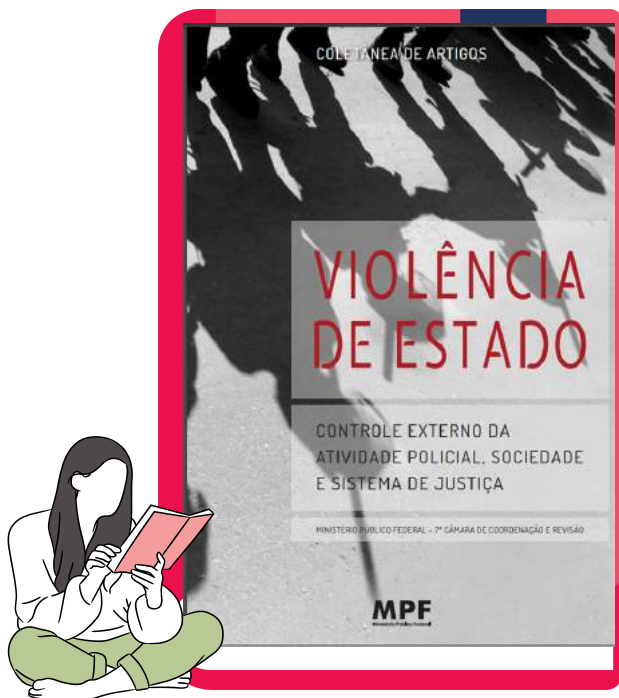
O filme "Sergio" estrelado por Wagner Moura, na Netflix, mostra a trajetória do diplomata brasileiro Sergio Vieira de Mello, um carismático Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, e que foi morto em um ataque terrorista, durante uma missão no Iraque. O filme mantém o nome do documentário feito em 2009 mostrando detalhes do trabalho do diplomata. [Confira o documentário.](#) [Confira o trailer do filme.](#)





PARA LER

A Violência de Estado, Polícia e Direitos Humanos, iniciativa da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, reúne artigos que discutem variados desafios que a Constituição Federal de 1988 trouxe para o Ministério Público brasileiro. Pautam-se duas atribuições que constituem dívidas ao povo brasileiro: o controle externo da atividade policial e a fiscalização dos locais de privação de liberdade. De acordo com o Coordenador, o livro é uma tentativa de apresentar abordagens plurais sobre tão desafiadora temática. [Clique aqui para ler.](#)



EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Davi Quintanilha Failde de Azevedo
Fernanda Penteado Balera
Letícia Marquez de Avelar

Centro de Atendimento Multidisciplinar

Mathias Vaiano Glens - psicólogo
Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial
Tatiane Medeiros Cruz - oficial
Geovanna de Souza Ribas - estagiária

Defensoras/es Integrantes

Adriana do Carmo Rios dos Santos
Caio Jesus Granduque José
Cecilia Nascimento Ferreira
Daniela Batalha Trettel
Gustavo Siqueira Marques
Leandro de Castro Gomes
Marcelo Dayrell Vivas
Mariana Borgheresi Duarte
Mariela Moni Marins Tozetto
Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II
Rafael Alvarez Moreno
Rafael Lessa Vieira de Sa Menezes
Tatiana Belons Vieira
Tatiane Bottan
Vitor Ortiz Amando de Barros

Advogadas Voluntárias

Giulia Novaes Poli
Mariana Coimbra Carvalho
Marina de Almeida Magalhães

Estagiárias/os de Direito

Bruna Sueko Higa de Almeida
Guilherme do Amaral Montanha
João Augusto Cataldo de Toledo
Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido
Maria Gabriela Soares Nuñez
Yhasmin Monteiro P. Moreno Leon

COMISSÃO DO BOLETIM

Bruna Sueko Higa de Almeida
Giulia Novaes Poli
Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido
Maria Gabriela Soares Nuñez
Yhasmin Monteiro P. Moreno Leon

